

1º Traslado do Livro nº 3809 - Fls 87/93

**ESCRITURA PÚBLICA DE CONSTITUIÇÃO DE SUBSIDIARIA INTEGRAL S.A**

SAIBAM quantos a presente escritura virem que, aos **dezessete (17)** dias do mês de **JULHO** do ano de **DOIS MIL E VINTE E QUATRO (2024)**, nesta Cidade e Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, através de **VIDEOCONFERÊNCIA**, nos termos do Provimento CNJ nº 149/2023, do Conselho Nacional de Justiça, de 26 de maio de 2020, perante mim, Karen Gama da Silva Sugarava, Escrevente Autorizada, no 2º Tabelião de Notas, situado na Avenida Paulista, nº 1.776, Bela Vista, compareceu: como **OUTORGANTE CONSTITUINTE, KAPA PAVIMENTAÇÃO LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 17.344.459/0001-05, com sede na Cidade de Assis, Estado de São Paulo, Rodovia Miguel Jubran – SP 333, número S/N, KM 407, CDA 3, CEP 19805-000, com seu contrato social consolidado e última alteração contratual, datado de 22/11/2023, registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob número 432.239/23-6, neste ato representada na forma de seu contrato social nos termos da cláusula V – DA ADMINISTRAÇÃO, por seu sócio, **Helder Marcelino Canuto de Souza**, brasileiro, natural de Assis, Estado de São Paulo, onde nasceu aos 17/11/1984, empresário, casado, portador da cédula de identidade RG nº 43.478.871-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 323.691.058-52, residente e domiciliado na Cidade de Assis, Estado de São Paulo, na Rua Cupertino de Castro, nº 55, Jardim Europa, CEP 19815-135; por seu representante acima nomeado e qualificado, me foi dito o seguinte: **I.)** Que a **OUTORGANTE CONSTITUINTE** decidiu, como lhe faculta a Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, em seu artigo 251, pela constituição de uma sociedade anônima subsidiária integral, que se denominará **KAPA INFRAESTRUTURA S/A**. Então, pela **OUTORGANTE CONSTITUINTE, KAPA PAVIMENTAÇÃO LTDA.**, por seu representante acima nomeado e qualificado, me foi dito o seguinte: **II)** Que a **OUTORGANTE CONSTITUINTE**, nos termos do artigo 251 da Lei das S.A., aprova a constituição da sociedade “KAPA INFRAESTRUTURA S/A”, com sede social localizada na cidade de Marília, Estado de São Paulo, na Rua dos Topázios, número 174, Jardim Maria Isabel, CEP 17516-280. **II)** O capital social é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), representado por 100.000 (cem mil ações). Aprovar a emissão de 100.000 (cem mil) ações ordinárias nominativas sem valor nominal pela Companhia, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada. O valor total das ações emitidas pela Companhia foi subscrito pela acionista presente nessa Assembleia Geral de Constituição, **KAPA INFRAESTRUTURA S/A**, acima qualificada, conforme o termo do Boletim de Subscrição anexo à presente ata na forma do **Anexo I**. Dessa forma, o capital social de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) é totalmente subscrito e parcialmente integralizado nesta data, em moeda corrente nacional, sendo que as demais ações, serão integralizadas no prazo de até 180 dias, contados a partir desta data. **III)** Reconhecer que o pagamento no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), representando 10% (dez por cento) do preço de emissão das ações ordinárias da Companhia, conforme recibo do Banco do Brasil S.A., nos termos do Artigo 80 da Lei das S.A.; Conforme recibo de depósito a seguir transcrito: “3/04/2024 - BANCO DO BRASIL – Hora 14:28:38, 71711213 0193, COMPROVANTE DE DEPOSITO EM CONTA CORRENTE EM DINHEIRO CLIENTE: KAPA INFRAESTRUTURA S.A, AGENCIA: 1220-3 CONTA: 3.042.024-5, DATA 03/04/2024, NR. DOCUMENTO 57.171.121.300.193, VALOR DINHEIRO 10.000,00, VALOR TOTAL 10.000,00, NOME DO DEPOSITANTE HELDER

**2º TABELIÃO DE NOTAS**  
**COMARCA DE SÃO PAULO - SP**  
**ANDERSON HENRIQUE TEIXEIRA NOGUEIRA**  
**TABELIÃO**



MARCELINO CANUTO S, CPF: 323.691.058-52, ORGÃO EMISSOR DETRAN, NR. AUTENTICAÇÃO 8.E7E.860.FC3.2FD.55B". **IV) Aprovar a proposta do Estatuto Social da Companhia, que passará a ser válido nos termos do Anexo II à presente ata. IV) Aprovar a eleição dos seguintes membros da Diretoria da Companhia: (i) Helder Marcelino Canuto de Souza, brasileiro, natural de Assis, Estado de São Paulo, nascido em 17/11/1984, empresário, casado, portador da cédula de identidade RG nº 43.478.871-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 323.691.058-52, residente e domiciliado no mesmo endereço da outorgante, do cargo de Diretor Presidente; e (ii) Dulcinéia Andreus Rodrigues Luzetti, brasileira, natural de Dracena, Estado de São Paulo, nascida em 02/11/1961, empresária, casada, portadora da cédula identidade RG nº 13.549.473-4 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 034.489.308-14, residente e domiciliada no mesmo endereço da outorgante, do cargo de Diretora Administrativa. Os membros da Diretoria são eleitos para um mandato de 03 (três) anos, que declaram não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei que o que impeça de exercerem atividade mercantil ou a administração da empresa. Ato contínuo tomaram posse mediante termo lavrado e arquivado na sede da companhia, autorizada a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º da Lei 6.404/76. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem quisesse fazer uso, e como ninguém se manifestou, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário a lavratura da presente ATA, reaberta a sessão foi lida e aprovada pela unanimidade dos subscritores da companhia. AÇÃO: OUTORGANTE CONSTITUINTE: KAPA PAVIMENTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado. com sede à Rua dos Topázios nº 174, jardim Maria Isabel, Marília- São Paulo, CEP 17.516-28, inscrita no CNPJ nº 17.344.459/0001-05, com seu contrato social consolidado e última alteração contratual, datado de 11/07/2023, registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob número 35.227.048.376, representada por Helder Marcelino Canuto de Souza e ATITUDE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Cupertino de Castro, 55, Jardim Europa, CEP 19815-135, Assis- Estado de São Paulo, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o NIRE nº 35.23169123- 7 e inscrita no CNPJ sob o nº 34.315.025/0001-04, representada por seu sócios administrador Helder Marcelino Canuto de Souza, acima qualificado. **V) A adoção pela Companhia do estatuto social com a redação abaixo transcrita: Capítulo I - NOME, SEDE, OBJETO E PRAZO: ARTIGO 1º - A KAPA INFRAESTRUTURA S/A, é uma sociedade anônima regida por este Estatuto Social e pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a "Companhia" e a "Lei das S.A.", respectivamente). ARTIGO 2º - A Companhia tem sede social e domicílio jurídico na Cidade de Marília, Estado de São Paulo, na Rua dos Topázios, número 174, Jardim Maria Isabel, CEP 17516-280. Parágrafo Único – A Companhia abrirá uma filial onde serão executadas, com exclusividade, as atividades da companhia mencionadas no artigo 3º abaixo. ARTIGO 3º - A Companhia tem por objetivo social: Locação de máquinas e equipamentos para construção e terraplanagem, com e sem operador; pavimentação asfáltica em geral, serviços de construção e recuperação de pontes, viadutos, passarelas, galerias, obras em concreto armado ou pretendido em geral, conservação, recuperação, manutenção e execução de rodovias, infraestrutura em geral, conservação, recuperação de sinalização viária horizontal, vertical, semaforica; limpeza, jardinagem, manutenção urbana e gestão de aterros sanitários em geral, análise de projetos. Parágrafo Único – As atividades mencionadas no caput deste artigo 3º serão executadas****



**2º TABELIÃO DE NOTAS**  
**COMARCA DE SÃO PAULO - SP**  
**ANDERSON HENRIQUE TEIXEIRA NOGUEIRA**  
**TABELIÃO**



exclusivamente em filial que poderá ser aberta, de acordo com o parágrafo único do artigo 2º deste estatuto social. **ARTIGO 4º** – O prazo de duração da Companhia é por tempo indeterminado. **Capítulo II - Capital Social e Ações:** **ARTIGO 5º** - O capital social, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **ARTIGO 6º** - A Companhia poderá, até o limite máximo permitido em lei, emitir ações preferências, com ou sem direito a voto, em uma ou mais classes, mesmo que mais favorecidas do que as anteriormente existentes, fixando-lhes as respectivas preferências e vantagens, e/ou aumentar o número de ações ordinárias, mesmo que sem guardar proporção com as demais espécies de ações, preferenciais ou ordinárias. **ARTIGO 7º** - A cada ação ordinária corresponde um voto nas Deliberações das Assembleias Gerais. **ARTIGO 8º** - A ação é indivisível em relação à Companhia. Caso a ação pertença a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **ARTIGO 9º** - As ações não serão representadas por cautelas ou títulos múltiplos, presumindo-se a propriedade das ações pela inscrição do nome do acionista no Livro de Ações Nominativas da Companhia. **ARTIGO 10º** - Nos casos de reembolso de ações previstos em Lei, o valor de reembolso das ações será apurado com base no valor de patrimônio líquido da Companhia, sendo seus ativos avaliados de acordo com seu valor contábil, conforme balanço especial da Companhia levantado com base na data do recebimento do pedido de reembolso, devendo ser avaliados os passivos e ativos de acordo com os respectivos valores contábeis. Parágrafo único - O valor do reembolso das ações deverá ser pago ao acionista dissidente em 12 (doze) prestações mensais e consecutivas, acrescidas de juros legais, vencendo-se a primeira no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da deliberação da Assembleia Geral que convocada e instalada para este fim. **Capítulo III – Assembleias Gerais:** **ARTIGO 11º**- A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais da Companhia o exigirem, guardados os preceitos de direito nas respectivas convocações, que serão realizadas por qualquer Diretor, na forma da Lei, facultando-se, enquanto a Companhia ostentar a condição do Artigo 294 da Lei das S.A., a convocação através da entrega de anúncio a todos os acionistas, contra recibo, seja por carta, telegrama ou e-mail, todos com comprovação de recebimento, com a antecedência prevista no Artigo 124 da Lei das S.A. Parágrafo Primeiro - Independentemente do disposto no caput deste artigo, será considerada regularmente instalada a Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas. Parágrafo Segundo - Somente poderão exercer o direito de voto na Assembleia Geral, diretamente ou por meio de procuradores, nos termos do Artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das S.A., acionistas titulares de ações ordinárias ou preferenciais com direito a voto, que estejam registradas em seu nome, no livro próprio, na data de realização da Assembleia Geral. Da mesma forma, serão considerados presentes os que derem seu voto por carta, telegrama, fac-símile ou e-mail, todos com comprovação de recebimento se recebidos no local de realização da respectiva Assembleia Geral, antes de sua instalação e início. **ARTIGO 12º** - As Assembleias Gerais de Acionistas se instalarão, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e, em segunda convocação, com qualquer número. A Assembleia Geral será instalada e presidida por qualquer Diretor e, na ausência de todos os membros da Diretoria, por pessoa indicada pelo acionista presente na assembleia geral que detiver maior participação no capital social com direito a voto, cabendo ao presidente da

**2º TABELIÃO DE NOTAS**  
**COMARCA DE SÃO PAULO - SP**  
**ANDERSON HENRIQUE TEIXEIRA NOGUEIRA**  
**TABELIÃO**



Assembleia Geral a designação do secretário. **ARTIGO 13º** - As deliberações da Assembleia Geral deverão ser aprovadas pelo voto dos acionistas representantes da maioria absoluta do capital social, salvo se houver previsão de quórum m maior na Lei, neste Estatuto Social ou em Acordo de Acionistas arquivado fia sede da Companhia. **Capítulo IV – Administração:**

**ARTIGO 14º** - A administração da sociedade caberá ao Presidente e Diretor Administrativo de forma conjunta, que recebem poderes e atribuições de representarem a empresa ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhes o uso do nome empresarial, devendo assinar pela mesma, em conjunto ou isoladamente, representando empresa perante todas as repartições públicas e entidades Federais, Estaduais e Municipais, inclusive autarquias, movimentação de contas bancárias em nome da sociedade, emissão de cheques e de títulos cambiários e demais atos de ordinária administração ficando vedado, no entanto, em atividades estranhas a interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos diretores ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade sem autorização do diretor. Primeiro: Os sócios têm poderes gerais para praticar todos os atos pertinentes à gestão da sociedade, nomear e constituir procuradores, para agir em nome da sociedade, quer para fins comerciais, judicial ou extrajudiciais, devendo, todavia, constar instrumento de mandato, os poderes conferidos e seu prazo de vigência. Segundo: Os diretores respondem solidariamente perante a sociedade e aos terceiros prejudicados por culpa no desempenho de suas funções. **ARTIGO 15º** - O prazo do mandato dos membros da Diretoria será por tempo indeterminado, até que se estipule o contrário. **ARTIGO 16º** - A investidura dos membros da Diretoria em seus cargos se dará mediante assinatura de Termo de Posse no livro próprio, independentemente de caução. **ARTIGO 17º** - Nos impedimentos ou ausências temporárias de qualquer Diretor, este será substituído pelo outro Diretor, que acumulará, interinamente, as funções do Diretor impedido. Parágrafo Primeiro - Havendo vacância em cargo de Diretoria, deverá ser imediatamente convocada a Assembleia Geral para o preenchimento do cargo vago, cujo mandato deverá coincidir com aquele dos membros da Diretoria no exercício de seus mandatos, sem prejuízo do disposto no artigo 15 deste Estatuto Social. Parágrafo Segundo - Além dos casos de morte ou renúncia, considerar-se-á vago o cargo do diretor que, sem justa causa, deixar de exercer suas funções por 30 (trinta) dias consecutivos. **ARTIGO 18º** - A remuneração dos membros da Diretoria será estabelecida pela Assembleia Geral, com a devida observância das disposições do Artigo 152 da Lei das S.A. **ARTIGO 19º** - Além dos atos que forem necessários à consecução do objeto social e ao regular funcionamento da Companhia, a Diretoria fica investida de poderes para representar a Companhia ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades federas estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades podendo transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos e fazer acordos, adquirir, alienar bens móveis e imóveis. **ARTIGO 20º** - Compete especialmente, à Diretoria: apresentar o relatório da administração, as demonstrações financeiras, previsões orçamentárias de despesas e receitas; convocar as Assembleias Gerais quando julgar conveniente ou no caso do Artigo da Lei das S.A; representar a Companhia nos termos do artigo 22 deste Estatuto Social e nos demais atos relacionados neste artigo. **ARTIGO 21º** - A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada por qualquer Diretor, com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência, em primeira convocação, e com antecedência de 03 (três) dias, em segunda convocação, mediante convocação pessoal e por escrito dirigida ao outro Diretor, com comprovação de recebimento. As reuniões serão



**2º TABELIÃO DE NOTAS**  
**COMARCA DE SÃO PAULO - SP**  
**ANDERSON HENRIQUE TEIXEIRA NOGUEIRA**  
**TABELIÃO**



instaladas com a presença da totalidade dos membros da Diretoria em exercício. E dispensado o interregno de 05 (cinco) ou 3 (três) dias, conforme o caso, quando a Diretoria se reunir com a presença ou representação de todos os seus membros em exercício. **Parágrafo Primeiro** - Nas reuniões da Diretoria as deliberações serão tomadas pela unanimidade dos seus membros e constarão de atas lavradas e assinadas no livro próprio. **Parágrafo Segundo** - Nas reuniões da Diretoria será admitido que o Diretor ausente seja representado por um de seus pares ou advogado, seja para a formação de quórum, seja para votação, mediante competente procuração específica outorgada pelo diretor ausente, bem como serão admitidos votos, por carta, telegrama, telefax ou e-mail, se recebidos na sede social antes do início da reunião. **ARTIGO 22º** - A Companhia considerar-se-á obrigada quando representada, em Juízo ou fora dele, da seguinte forma: pela assinatura isolada de qualquer Diretor; Pela assinatura isolada de 01 (um) procurador, em casos específicos quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que neles se contiverem. **Parágrafo único** - Os mandatos outorgados pela Companhia serão outorgados pela assinatura isolada de qualquer Diretor. Os mandatos deverão especificar os poderes outorgados, e, salvo se destinados a fins judiciais, terão prazo de vigência determinado, não superior a 1 (um) ano, sendo certo que na omissão do prazo de vigência, os mandatos serão considerados com vigência de 01 (um). **Capítulo V – Conselho Fiscal:** A Companhia não terá Conselho Fiscal permanente, sendo que este somente se instalará a pedido de acionistas em Assembleia Geral, nos termos do Artigo 161 da Lei das S.A. **Parágrafo único** - Caso solicitada a instalação do Conselho Fiscal, os acionistas deverão determinar o número entre 3 (três) e 5 (cinco), de membros efetivos que irão compô-lo, devendo em seguida proceder a eleição de tais membros efetivos e de igual número de suplentes, todos os membros do Conselho Fiscal eleitos deverão ser residentes no Brasil e preencher os requisitos previstos em lei. **ARTIGO 24º** - Cada período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária imediatamente subsequente à sua instalação, e obedecerão ao disposto na Lei das S.A. **Capítulo VI – Exercício Social e Distribuição de Resultados:** **ARTIGO 25º** - O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, Ocasão em que serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação comercial e fiscal em vigor. A Companhia elaborará, também, demonstrações financeiras mensais, trimestrais ou semestrais, inclusive para fins de apuração de resultados e distribuição de dividendos, desde que o caixa da Companhia assim o permita. **Parágrafo Único** - Da totalidade dos lucros líquidos obtidos, (i) parte dos mesmos será aplicado, antes de qualquer destinação, na constituição de reserva legal, nos termos do Artigo 193 da Lei das S.A., conforme aditada, salvo nos casos em que a lei permitir sua não constituição, e (ii) o saldo final dos lucros terá a destinação que lhe for dada na respectiva Assembleia Geral, respeitada a distribuição do dividendo obrigatório prevista no Artigo 202 da Lei das S.A., salvo nas hipóteses previstas no mesmo Artigo 202 da Lei das S.A. **ARTIGO 26º** - Sem prejuízo do levantamento dos balanços semestrais e por determinação da Assembleia Geral, a Diretoria poderá levantar outros balanços intermediários. A Diretoria poderá (i) declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços intermediários, observadas as restrições legais, (ii) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes ao último balanço anual ou semestral aprovado em e (iii) determinar o pagamento de juros sobre capital próprio. **Capítulo VII – Liquidação da Companhia:** **ARTIGO 27º** - Em caso de liquidação ou dissolução da Companhia, o

**2º TABELIÃO DE NOTAS**  
**COMARCA DE SÃO PAULO - SP**  
**ANDERSON HENRIQUE TEIXEIRA NOGUEIRA**  
**TABELIÃO**



liquidante será nomeado pela Assembleia Geral. Nessa hipótese, os haveres da Companhia serão empregados na liquidação das obrigações e o remanescente, se houver rateado entre os acionistas de acordo com a participação de cada um deles no capital social, na data da liquidação.

**CAPÍTULO VIII – Disposições Gerais:** A Companhia respeitará e obedecerá aos termos dos Acordos de Acionistas arquivados, ou que venham a ser arquivados, em sua sede, nos termos do Artigo 118 da Lei das S.A.

**ARTIGO 29º** - A Companhia disponibilizará, quando solicitado por qualquer de seus acionistas, em prazo não superior a 5 (cinco) dias, contados do recebimento o respectivo requerimento, cópia de contatos com partes relacionadas da Companhia, acionistas, administradores e/ou empregados da Companhia e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia.

**Parágrafo único** - Para fins deste Estatuto Social, entende-se por partes relacionadas de uma sociedade ou pessoa, conforme o caso: (i) as sociedades que a controlem ou venham a controlar, direta ou indiretamente, a sociedade em questão (ii) as sociedades controladas ou que venham a ser controladas, direta ou [indiretamente, pela sociedade ou pessoa em questão, (iii) as sociedades que são ou que venham a ser controladas, direta ou indiretamente, por uma sociedade que controla ou venha a controlar a sociedade em questão, iv) qualquer outra sociedade sob controle comum ou compartilhado ou que venha a estar sob controle comum ou compartilhado, direta ou indiretamente, pela sociedade ou pessoa em questão ou por seu controlador; (v) qualquer acionista ou quotista da sociedade em questão, incluindo seus respectivos sucessores e herdeiros, cônjuges, ex-cônjuges, familiares, filhos, netos e outras pessoas relacionadas por sangue até o terceiro grau de parentesco, e também qualquer sociedade controlada por quaisquer destas pessoas, e (vi) os sucessores e herdeiros, cônjuges, herdeiros, ex cônjuges, familiares, filhos, netos e outras pessoas relacionadas por sangue até o terceiro grau de parentesco, da pessoa em questão, e também qualquer sociedade controlada por quaisquer destas pessoas. Para fins deste Instrumento, entende-se por controle, se a sociedade ou pessoa em questão direta ou indiretamente tiver poder de gerir ou fazer com que seja gerida a administração e política de tal sociedade, seja através de interesses detidos através de holding, por acordos ou de outra forma.

**ARTIGO 30º** - Fica vedado à Companhia a emissão de partes beneficiárias, não havendo qualquer título desta natureza em circulação.

**ARTIGO 31º** - Quaisquer questões decorrentes deste Estatuto Social deverão ser dirimidas no foro da Comarca da Capital no Estado de São Paulo, renunciando a Companhia, os acionistas e administradores, desde já, a quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam.

**ARTIGO 32º** - Os casos omissos no presente Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com as disposições da Lei das S.A. – **DAS DECLARAÇÕES FINAIS:** Comparecem a este ato a advogada a Dra. **PATRICIA GARCIA FERNANDES**, brasileira, natural de São Paulo, onde nasceu em 10/12/1978, filha de Wagner Garcia Fernandes e Sueli Ferro Fernandes, advogada inscrita na OAB/SP sob número 211.531, divorciada, portadora da cédula de identidade RG número 32.321.102-1 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob número 277.356.828-16, domiciliada na Cidade de São Paulo, Capital, com escritório na Avenida Marques de São Vicente, número 405, sala 111, Barra Funda, CEP 01139-000; (i) **Helder Marcelino Canuto Souza**, brasileiro, natural de Assis, Estado de São Paulo, onde nasceu aos 17/11/1984, empresário, casado, portador da cédula de identidade RG nº 43.478.871-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 323.691.058-52, residente e domiciliado no mesmo endereço da outorgante; e (ii) **Dulcinéia Andreus Rodrigues Luzetti**, brasileira, natural de Dracena, Estado de São Paulo,



**2º TABELIÃO DE NOTAS**  
**COMARCA DE SÃO PAULO - SP**  
**ANDERSON HENRIQUE TEIXEIRA NOGUEIRA**  
**TABELIÃO**



nascida em 02/11/1961, empresária, casada, portadora da cédula identidade RG nº 13.549.473-4 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 034.489.308-14, residente e domiciliada no mesmo endereço da outorgante, cujo mandato expirará em 03 (três) anos a contar desta data. Cada um dos diretores ora eleitos assina a presente para aceitar suas eleições. Finalmente, pelas partes contratantes me foi dito que aceitam a presente escritura, em seus expressos termos. Todos os documentos de arquivamento obrigatório mencionados neste ato notarial ficam arquivados digitalmente, pelo prazo legal, neste 2º Tabelionato de Notas, sob o número de ordem do protocolo informatizado, nos termos do Provimento CNJ nº. 149/2023. Ficam também arquivadas neste 2º Tabelionato de Notas da Comarca da Capital, São Paulo, sob o número de ordem do protocolo informatizado, a versão eletrônica deste ato notarial, assinada digitalmente pelas partes, e a gravação da videoconferência. E de como assim disseram, do que dou fé, me pediram e lhes lavrei esta escritura, a qual feita e lhes sendo lida, em voz alta e clara, foi achada em tudo conforme, aceitam, outorgam e assinam, dou fé. Eu, Karen Gama da Silva Sugarava, escrevente, a escrevi. Eu Messias Alves da Silva Junior, Substituto do Tabelião, a subscrevi. (a.a) // HELDER MARCELINO CANUTO SOUZA Assinado digitalmente em: 22/07/2024 14:50:40, DULCINÉIA ANDREUS RODRIGUES LUZETTI Assinado digitalmente em: 17/07/2024 11:23:58, PATRICIA GARCIA FERNANDES Assinado digitalmente em: 17/07/2024 12:55:48. Traslada na data supra. O presente traslado foi confeccionado e assinado digitalmente por Giselle Olegário da Costa Pinto Anacleto, Substituta do Tabelião, sob a forma de DOCUMENTO ELETRÔNICO, mediante processo de certificação digital disponibilizado pela ICP-Brasil, nos termos da medida provisória nº 2200-2 de 24 de agosto de 2001, devendo, para sua validade, ser conservada em meio eletrônico, bem como comprovada a autoria e integridade.

**CUSTAS E EMOLUMENTOS:** Ao Cartório R\$ 1241,02; Ao Estado: R\$ 352,71; A Secretaria da Fazenda: R\$ 241,40; Santa Casa: R\$ 12,41; Ao Registro Civil: R\$ 65,32; Ao Tribunal da Justiça: R\$ 85,17; Ao Município: R\$ 26,54; Ministério Público: R\$ 59,57; **TOTAL: R\$ 2084,14**

PROTOCOLO Nº 298.013



SELO DIGITAL: 1127221ES000000245150524D - R\$ 2084,14